



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete da Conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0004939-86.2019.2.00.0000

Requerente: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Requerido: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - STM

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. APLICABILIDADE DOS ARTS. 12 E 14 DA RESOLUÇÃO CNJ 219/2016 À JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO. REDISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO. NECESSÁRIA CORRELAÇÃO ENTRE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE JURISDIÇÃO PARA AFERIÇÃO DOS PERCENTUAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. INEXISTÊNCIA DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO NO ÂMBITO DESSA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. ATO NORMATIVO NÃO ALCANÇA O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). PEDIDOS JULGADOS IMPROCEDENTES.

1. A questão cinge-se em analisar a aplicabilidade – ou não – dos artigos 12 e 14 da Resolução n. 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à Justiça Militar da União (JMU), tendo em vista que a estrutura organizacional dessa Justiça Especializada é diferente daquela tipicamente adotada no Brasil, não havendo 2º grau de jurisdição, mas apenas 1º grau e Tribunal Superior - STM.

2. Para se obter a proporcionalidade a ser observada pelos tribunais para alocação dos cargos em comissão e funções de confiança nas áreas de apoio direto à atividade judicante, nos termos do art. 12, §2º, seria necessária a obtenção de dados relativos ao 2º grau de jurisdição, inexistente na justiça castrense.

3. Quanto aos arts. 14 e 11 da Resolução CNJ n. 219/2016, o cálculo do percentual de funções comissionadas e cargos em comissão alocados na área administrativa no âmbito da Justiça Militar da União necessita de correlação entre o quadro de servidores do STM e do 1º grau, o que não é possível, diante da inaplicabilidade da aludida Resolução aos tribunais superiores.

4. Pedidos julgados improcedentes.

ACÓRDÃO

Após o voto do Conselheiro vistor, o Conselho, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos, nos termos do voto da Relatora. Ausente, em razão de licença médica, o Presidente Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Luiz Fux, nos termos do artigo 5º do RICNJ. Plenário Virtual, 5 de junho de 2020. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Rubens Canuto, Tânia Regina Silva Reckziegel, Mário Guerreiro, Candice L. Galvão Jobim, Flávia Pessoa, Maria Cristiana Ziouva, Ivana Farina Navarrete Pena, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Providências no qual a Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (ANAJUS) alega possível descumprimento, pelo Superior Tribunal Militar (STM), da Resolução n. 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a distribuição de cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.

A ANAJUS é substituta processual dos interessados nos pedidos formulados no âmbito deste processo administrativo, entre eles alguns analistas judiciários – área judiciária do quadro da Justiça Militar da União, lotados na 2ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, situada no Município de Bagé/RS (Id 3690879).

A Associação requer a redistribuição das funções comissionadas de assessoramento no âmbito da Justiça Militar da União, de modo a garantir a existência de uma gratificação de assessoria para cada Juiz Federal da Justiça Militar da União, na forma prevista no art. 12, §2º, da Resolução CNJ n. 219/2016, a ser preenchida preferencialmente por analista judiciário – área judiciária, tendo em vista o teor do aludido dispositivo: “*Os tribunais devem aplicar o disposto neste artigo de modo a garantir a alocação de cargos em comissão ou funções de confiança em todas as unidades judiciárias, em número suficiente para assessoramento de cada um dos magistrados de primeiro e de segundo graus.*”

Subsidiariamente, requer a redistribuição das funções de confiança existentes no 1º grau da Justiça Militar da União na área de apoio indireto à atividade judicante (funções

administrativas) para o apoio direto à atividade-fim do Poder Judiciário, com base no art. 14 da Resolução CNJ n. 219/2016.

Argumenta que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu, em 26 de maio de 2014, por meio do Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014, a Política Nacional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição, considerando a necessidade de se adotar medidas efetivas para melhor funcionamento da 1ª instância e alcance de maior eficiência na prestação jurisdicional (Id 3690879).

Aduz que, no contexto de valorização do 1º grau de jurisdição, o CNJ editou a Resolução n. 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, como instrumento de combate às causas dos problemas enfrentados pela primeira instância (morosidade, excesso de processos em tramitação, entre outros) e de equalização de força de trabalho e da proporção de funções comissionadas.

Com base nessas premissas, afirma que o CNJ estabeleceu parâmetros objetivos de distribuição de força de trabalho, bem como alocação de cargos em comissão e funções de confiança, e consignou que a Resolução n. 219/2016 do CNJ se aplica à Justiça Militar da União – no que couber – tendo em vista a peculiaridade de que não contempla 2º grau de jurisdição, mas apenas o 1º grau (Circunscrições Judiciárias e Auditorias) e o Superior Tribunal Militar (STM).

Quanto a esse aspecto, a requerente assevera que a aludida Resolução não se aplica literalmente à Justiça Militar da União apenas no que se refere às particularidades atinentes à distribuição de força de trabalho e alocação de funções de confiança e cargos em comissão no 2º grau de jurisdição. Todavia, no que se refere ao 1º grau, entende que a Resolução CNJ n. 219/2016 se aplica normalmente, tendo em vista que a própria Lei Orgânica da Justiça Federal Castrense dispõe sobre o 1º grau desse ramo especializado do Poder Judiciário da União (art. 11 da Lei n. 8.457, de 4 de setembro de 1992).

Noticia que o STM reconheceu, na Exposição de Motivos do Projeto de Lei n. 1184/2015, em trâmite na Câmara dos Deputados, a precariedade do 1º grau da Justiça Militar da União, e que os servidores (especialmente os analistas judiciários) exercem a função de assessoria aos magistrados sem gratificações, contrariamente ao que dispõe a Resolução CNJ n. 219/2016.

Informa, ainda, que recentemente a Lei n. 13.774, de 19 de dezembro de 2018, alterou substancialmente a estrutura da Lei Orgânica da Justiça Militar da União (LOJMU), atribuindo competências monocráticas ao juiz togado, e posicionando a Justiça Castrense como ramo especializado do Poder Judiciário da União, inclusive com a alteração da nomenclatura dos cargos de “Juízes-Auditores” para “Juízes Federais da Justiça Militar”.

Pontua que no 1º grau de jurisdição da Justiça Militar da União, composto por 12 (doze) Circunscrições Judiciárias e 19 (dezenove) Auditorias, há um total de 273 (duzentos e

setenta e três) servidores ocupantes de cargo efetivo, conforme dados de março de 2019. Por sua vez, na estrutura da Justiça Militar da União há um total de 762 (setecentos e sessenta e dois) servidores na ativa e 690 (seiscentos e noventa) inativos, sendo 442 (quatrocentos e quarenta e dois) aposentados e 248 (duzentos e quarenta e oito) pensionistas, conforme dados de abril de 2019.

Constam da instrução processual dados obtidos no sítio eletrônico do STM informando que na Justiça Militar da União apenas 14,82% das funções de confiança e dos cargos em comissão estão distribuídos no 1º grau, enquanto 85,18% estão no STM. Há 63 (sessenta e três) funções e cargos comissionados no 1º grau, sendo que 35 (trinta e cinco) estão destinados para as seções administrativas.

Especificamente sobre as funções de confiança, a requerente se insurge contra o fato de que – entre as 43 (quarenta e três) existentes no 1º grau, 34 (trinta e quatro) são percebidas por servidores das áreas de apoio indireto à atividade judicante, o que equivale a 79,55% do total das despesas com as aludidas funções, alegando contrariedade ao art. 14 da Resolução CNJ n. 219/2016. Contudo, em relação aos 19 (dezenove) cargos em comissão existentes no 1º grau, todos estão alocados na área-fim das Auditorias, não havendo nenhum deles alocado na área administrativa (Id 3690882).

Em resposta (Id 3728607), o STM assevera que a Justiça Militar da União não possui em sua organização judiciária órgão de segundo grau de jurisdição, razão pela qual cabem a ele as atividades próprias de um Tribunal Superior com suas competências específicas e originárias e as de um Tribunal de revisão no âmbito da Justiça Militar da União. Além disso, ao Tribunal compete o gerenciamento das atividades administrativas concernentes ao seu quadro de pessoal, bem como do efetivo do primeiro grau de jurisdição.

Argumenta que a Resolução CNJ n. 219/2016 não se aplica aos Tribunais Superiores. Informa que a alocação de cargos em comissão e funções comissionadas que integram o quadro de pessoal da Justiça Militar da União obedece à estrutura orgânica do STM e dos órgãos jurisdicionais de Primeira Instância definida na Resolução n. 241, de 9 de maio de 2017, e na Resolução n. 80, de 29 de outubro de 1998, ambas do STM.

Ademais, consigna que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 1.184/2015, de iniciativa do STM, que versa sobre criação de cargos em comissão e funções comissionadas, cuja aprovação possibilitará a resolução da questão atinente à carência de pessoal, de funções de confiança e de cargos em comissão na Justiça Castrense, especialmente no primeiro grau de jurisdição.

Enuncia que, de acordo com a Justificativa do Anteprojeto de Lei, protocolado na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei n. 1.184/15, a criação dos cargos e funções possibilitará o atendimento de demandas da primeira instância que reclamam urgência, entre elas a “criação de cargos em comissão e funções comissionadas para o exercício do encargo de direção

nas Diretorias do Foro e para aqueles que auxiliam diretamente os magistrados na atividade judicante”, bem como “padronização das chefias das Seções de Administração com função comissionada FC-06, nos mesmos moldes adotados nos demais tribunais superiores, posto que, atualmente, em algumas Auditorias, inapropriadamente, os chefes de Seção são retribuídos com FC-05 e, em outras, com FC-04”.

O Tribunal requerido alega ser indubitável que a concretização das medidas acima é de *“suma importância para a valorização da Primeira Instância, na medida em que viabilizará uma estrutura mínima para as Auditorias, porém entende que somente com a aprovação do PL 1.184/15 o Superior Tribunal Militar terá condições de aperfeiçoar os serviços judiciários da Primeira Instância e se alinhar às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 194/2014”*.

Pontua que é nítida a necessidade de aplicação à JMU de critérios compatíveis com suas especificidades, considerando que as disposições da Resolução CNJ n. 219/2016 estão relacionadas à realidade dos ramos da Justiça que possuem 1º e 2º graus de jurisdição, não se aplicando integralmente ao STM, o que requer tratamento distinto em relação aos critérios exigidos dos demais órgãos jurisdicionais, sob pena de tratar igualmente situações provenientes de fatos desiguais.

Por fim, destaca que o desempenho de atribuições de assessoramento aos Juízes Federais é próprio do cargo de analista judiciário, área judiciária, ocupado pelos interessados, de acordo com o Ato Normativo STM nº 12/2011; que o STM é competente para definir em Ato próprio a lotação dos Órgãos Jurisdicionais de Primeira Instância desta Justiça Castrense, conforme art. 15 da Lei nº 8.457/92, com redação dada pela Lei nº 13.774/2018; que a superioridade do número de cargos e funções de confiança alocados nas áreas de apoio administrativo em comparação com a área finalística decorre das seguintes situações fáticas: concentração no STM da maioria das atividades administrativas relacionadas às 19 Auditorias que compõem a organização judiciária da JMU e reduzida força de trabalho da Seção de Administração.

Em réplica (Id 3742775), a ANAJUS acrescenta a informação contida no *site* do STM de que apenas 17% do total de processos (originários e recursais), no ano de 2018, foram distribuídos ao STM (1.054 – um mil e cinquenta e quatro), enquanto no mesmo período foram distribuídos 83% do total de processos no 1º grau de jurisdição da Justiça Militar (5.086 – cinco mil e oitenta e seis).

Assim, no quantitativo processual de 2018, considerando os processos distribuídos entre os 14 Ministros, em razão da limitação regimental de distribuição ao Ministro-Presidente, destaca que o resultado representou uma média de aproximadamente 75 (setenta e cinco) processos distribuídos para cada Ministro no decorrer do ano, em uma média aproximada de 6 (seis) processos por mês, conforme dados divulgados pelo STM, constantes da réplica (Id 3742775).

Argumenta que embora concentre apenas 17% do total de demandas da Justiça Militar da União no STM, o Tribunal está contemplado com 364 (trezentos e sessenta e quatro) das

426 (quatrocentos e vinte e seis) gratificações existentes, o que representa, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) do total de gratificações e que 53% das funções de confiança e dos cargos em comissão estão alocadas na área-meio, o que – na visão da requerente – evidencia a priorização de atividades burocráticas em detrimento da prestação jurisdicional.

De modo geral, reitera que o Superior Tribunal Militar, ao se manifestar no processo, confunde a estrutura orgânica da Justiça Militar da União com o próprio Tribunal, de modo que a Resolução n. 219/2016 do CNJ se aplicaria ao primeiro grau, não havendo elemento a justificar a incidência da cláusula de aplicação “no que couber” (art. 1º, parágrafo único) para afastar a implementação de política pública do Conselho Nacional de Justiça na 1ª instância da JMU, inclusive quanto à existência de uma função de assessoramento para cada magistrado de 1º grau (art. 12, §2º).

Encaminhados os autos para manifestação do Departamento de Pesquisas Judiciárias (Id 3779813), a unidade informou (Id 3801160) que “o Painel Gestor da Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau, cuja criação foi solicitada pelo à época Conselheiro Fernando Mattos, então Relator do Processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0002210-92.2016.2.00.0000, não traz dados sobre a Justiça Militar da União, pelo fato de o ex-Conselheiro entender que, devido às suas peculiaridades, os cálculos objetivos previstos nos artigos 3º, 10 e 11 na Resolução CNJ 219/2016 não serem aplicáveis a esse segmento da Justiça. O citado CumprDec encontra-se sob relatoria da Exma. Conselheira Candice Lavocat Galvão Jobim. Portanto, a não ser que haja entendimento diverso do previamente firmado, não há avaliação quantitativa de distribuição de servidores entre o 1º grau e o Superior Tribunal Militar, nos termos dos artigos 3º, 10 e 11 da Resolução 219, que possibilite emissão de parecer técnico pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.”.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, oportuno deixar claro que, nos termos do art. 124 da Constituição Federal, compete à Justiça Militar “processar e julgar os crimes militares definidos em lei”.

Em razão de suas especificidades e delimitação de competência no que se refere aos jurisdicionados, este ramo de justiça especializada possui particularidades em sua estrutura organizacional que a diferem dos demais ramos do Poder Judiciário.

A Justiça Militar Estadual é um ramo especializado, responsável por processar e julgar os militares dos estados (polícia militar e corpo de bombeiros militar) “nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil” (art. 125, § 4ª, CF). A Justiça Militar Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: 1ª Grau - auditorias militares, compostas por um juiz de direito, também denominado juiz auditor,

responsável pelos atos de ofício, e pelos Conselhos de Justiça, órgão colegiado formado por quatro juízes militares (oficiais das armas) e o próprio juiz auditor, com a função de processar crimes militares; 2º Grau - representado pelos Tribunais de Justiça Militar, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo que nos demais estados e no Distrito Federal, tal função cabe aos próprios Tribunais de Justiça.

Por sua vez, à Justiça Militar da União (JMU) compete processar e julgar os militares integrantes das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e, excepcionalmente, os civis em crimes militares definidos em lei. A JMU é composta por 19 (dezenove) Auditorias, divididas em 12 (doze) Circunscrições Judiciárias Militares (CJM), que formam o 1º grau, nos termos do art. 11 da Lei n. 8.457, de 4 de setembro de 1992^[1], e por um Tribunal Superior - o Superior Tribunal Militar - a quem compete o julgamento, originariamente, dos oficiais gerais, bem como dos recursos contra as decisões de primeira instância.

Feitas tais considerações, oportuno destacar que a questão a ser enfrentada neste Pedido de Providências diz respeito à aplicabilidade – ou não – dos artigos 12 e 14 da Resolução n. 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à **Justiça Militar da União (JMU)**, tendo em vista que a estrutura organizacional dessa Justiça Especializada, como cima registrado, é diferente daquela tipicamente adotada no Brasil, em que há órgãos de 1º e 2º graus de jurisdição, além dos respectivos Tribunais Superiores.

A Resolução n. 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Assim, nota-se desde logo que o ato normativo em foco não se aplica aos Tribunais Superiores, e, portanto, no contexto do presente expediente, não alcança o Superior Tribunal Militar (STM).

Não obstante, nos termos do art. 1º, parágrafo único^[2], da Resolução CNJ n. 219/2016, o normativo aplica-se - no que couber - à Justiça Militar da União. Ou seja, reconhece-se que as peculiaridades da estrutura organizacional da Justiça Castrense não permitem a aplicação integral dos dispositivos da Resolução em foco, mas poderá ser utilizada, no que for cabível, por exemplo, quando determinado dispositivo se referir apenas ao 1º grau de jurisdição, independentemente de sua correlação com o 2º grau, inexistente na JMU.

Em relação ao art. 12, §2º, da Resolução CNJ n. 219/2016, supostamente violado na visão dos requerentes, destaca-se a literalidade do dispositivo:

Art. 12. A alocação de cargos em comissão e de funções de confiança nas áreas de apoio direto à atividade judicante de primeiro e de segundo graus deve ser proporcional à quantidade média de processos (casos novos) distribuídos a cada grau de jurisdição no último triênio, **observada a metodologia prevista no Anexo VI.**

§ 1º A alocação de que trata o *caput* deve considerar o total das despesas com o pagamento dos cargos em comissão e funções de confiança, e não a quantidade desses cargos e funções.

§ 2º **Os tribunais devem aplicar o disposto neste artigo de modo a garantir a alocação de cargos em comissão ou funções de confiança em todas as unidades judiciárias, em número suficiente para assessoramento de cada um dos magistrados de primeiro e de segundo graus.**

Contudo, verifica-se que o *caput* do art. 12 indica a necessidade de observância da metodologia prevista no Anexo VI à Resolução CNJ n. 219/2016 para se apurar a proporcionalidade relativa à alocação dos cargos em comissão e funções de confiança nas áreas de apoio direto à atividade judicante de primeiro e de segundo graus.

Ao detalhar a fórmula que deve ser obedecida para a referida alocação dos cargos e funções no âmbito do primeiro grau (interesse da requerente), o Anexo VI aponta a necessidade de consideração dos seguintes dados: **Prop1**= CN1 (triênio)/ CN1 (triênio) + **CN2 (triênio)**, em que CN1 significa o número de casos novos de 1º grau durante o ano-base e **CN2 significa o total de casos novos de 2º grau durante o ano-base**.

Ou seja, para se obter a proporcionalidade a ser observada pelos tribunais alcançáveis pela Resolução CNJ n. 219/2016 para alocação dos cargos em comissão e das funções de confiança das áreas de apoio direto à atividade judicante e, posteriormente, avaliar se há o descumprimento suscitado pela requerente no âmbito da Justiça Militar da União, seria necessário possuir os dados solicitados no Anexo VI da Resolução, que incluem os casos novos do 2º grau de jurisdição durante o ano-base.

Ora, se no âmbito da Justiça Militar da União não existe 2º grau de jurisdição, mas apenas 1º grau e o STM, conclui-se que o art. 12 da Resolução n. 219/2016 não se aplica a essa Justiça Especializada, pois a aferição da proporcionalidade questionada pela requerente depende de dados impossíveis de se obter na realidade diferenciada da JMU.

Outrossim, em relação ao pedido subsidiário, para que se determine a redistribuição das funções de confiança existentes na área de apoio indireto à atividade judicante (funções administrativas) do primeiro grau da Justiça Militar da União para o apoio direto à atividade-fim do Poder Judiciário, tendo por base o art. 14 da Resolução CNJ n. 219/2016, entende-se que o referido dispositivo também não se aplica à realidade da Justiça Especializada:

Art. 11: **A quantidade total de servidores lotados nas áreas de apoio indireto à atividade judicante (apoio administrativo)** deve corresponder a, no máximo, **30% (trinta por cento) do total de servidores**.

§1º Para apuração do percentual descrito no *caput* serão excluídos da base de cálculo os servidores lotados nas escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação.

§2º Na constituição do quadro de pessoal da área de tecnologia da informação o tribunal deve observar o disposto na Resolução CNJ n. 211, de 15 de dezembro de 2015”.

[...]

Art. 14: O total das despesas com o pagamento dos cargos em comissão e funções de confiança das áreas de apoio indireto à atividade judicante deve ser, no máximo, equivalente ao percentual de servidores alocados nessas áreas, **conforme disposto no art. 11 desta Resolução**.

Isso porque a atividade da área de apoio indireto à atividade judicante, no âmbito da JMU, não está distribuída entre 1º grau e STM de modo que a avaliação da alocação de cargos em comissão e funções de confiança possa ser feita somente no âmbito do 1º grau. Conforme dados contidos no Anexo I – 9 da Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009, (Anexo Justiça Militar da União – fls. 20 e 21), verifica-se que os Cargos em Comissão da Área Judiciária são divididos entre STM e 1º Grau, mas os Cargos em

Comissão da Área Administrativa não estão divididos entre 1º grau e STM, são consignados como um todo (folha 20 do Anexo I – 9). Da mesma forma, as funções de confiança da Área Judiciária são divididas entre 1º grau e o STM, enquanto as funções de confiança da Área Administrativa não são divididas (final da folha 20 e 21), mas sim consideradas no espectro de todos os servidores da JMU. Para calcular-se o percentual de funções comissionadas e cargos em comissão alocados na área administrativa no âmbito da Justiça Militar da União seria necessário considerar o STM juntamente com o 1º grau, o que não é possível, diante da inaplicabilidade da Resolução CNJ n. 219/2016 aos Tribunais Superiores.

Essa situação é visualizada também nos dados constantes do Justiça em Números (1º semestre de 2019 - data-base 30/06/2019) abaixo destacados, em que o total das despesas com os cargos em comissão e funções comissionadas alocados na área administrativa são considerados na Justiça Militar da União como um todo, e não há separação em relação ao 1º grau de jurisdição e ao STM (ao qual não se aplica o normativo em foco), obedecendo à estrutura orgânica da Justiça Castrense definida na Resolução n. 241, de 9 de maio de 2017, e na Resolução n. 80, de 29 de outubro de 1998, ambas do STM.

Nº	Descrição da Pergunta	Resposta Numérica
1	VCCSTM - Valores Integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Judiciária do STM GLOSSÁRIO Auditar resposta	464.496,62 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos)
2	VCC1º - Valores Integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Judiciária do 1º Grau GLOSSÁRIO Auditar resposta	245.860,38 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e trinta e oito centavos)
3	VCCAdm - Valores Integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Administrativa GLOSSÁRIO Auditar resposta	345.828,08 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e oito centavos)
4	VFCSTM - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Judiciária do STM GLOSSÁRIO Auditar resposta	211.677,39 (duzentos e onze mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e nove centavos)
5	VFC1º - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Judiciária do 1º Grau GLOSSÁRIO Auditar resposta	73.415,19 (setenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e dezenove centavos)
6	VFCAdm - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Administrativa GLOSSÁRIO Auditar resposta	216.742,66 (duzentos e dezesseis mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos)
7	SaJudPSTM - Total de Servidores que atuam na Área Judiciária do STM GLOSSÁRIO Auditar resposta	259 (duzentos e cinquenta e nove)
8	SaJudP1º - Total de Servidores que atuam na Área Judiciária do 1º Grau GLOSSÁRIO Auditar resposta	320 (trezentos e vinte)
9	ServAdmSETI - Total de Servidores na Área Administrativa, exceto os lotados nas escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação GLOSSÁRIO Auditar resposta	385 (trezentos e oitenta e cinco)

Entre os ramos da Justiça brasileira, a JMU é a única que não possui em sua organização órgão de segundo grau de jurisdição, de modo que o STM absorve o exercício de atividades administrativas relacionadas às 19 Auditorias espalhadas pelo território nacional, bem como às Auditorias de Correição, contrariamente ao que se verifica em relação à Justiça Comum, do Trabalho e Eleitoral, em que as áreas de gestão administrativa são concentradas em seus órgãos de segundo grau, quais sejam, TJs, TRTs, e TREs, respectivamente.

Conforme destacado na manifestação do STM (Id 3728607), para melhor compreensão acerca da abrangência das atividades administrativas desenvolvidas pelo Tribunal Superior, destaca-se o público-alvo sobre o qual recaem as demandas que tramitam na Corte: magistrados e servidores ativos, bem como inativos e pensionistas civis e militares.

As unidades que integram a estrutura administrativa da Justiça Militar da União atuam nas demandas afetas ao processamento da folha de pagamento, controle interno, planejamento, assessoramento jurídico-administrativo, licitação e contratos administrativos, defesa dos interesses do Tribunal, prestação de informações à AGU, ao TCU, assistência à saúde, segurança institucional, ações voltadas para a capacitação de servidores, obras e engenharia, direito e deveres dos servidores como um todo, não estando nitidamente separada a atividade que se refere somente ao primeiro grau ou ao STM.

Entende-se que a Justiça Militar da União não se diferencia dos demais órgãos do Poder Judiciário no que diz respeito à necessidade de observância de regras e princípios básicos que norteiam a Política Pública de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Contudo, é nítida a necessidade de aplicação à JMU de critérios compatíveis com suas especificidades, considerando que a maioria das disposições da Resolução CNJ n. 219/2016 estão relacionadas à realidade dos ramos da Justiça que possuem 1º e 2º graus de jurisdição, não se aplicando ao STM, o que requer tratamento distinto em relação aos critérios exigidos dos demais órgãos jurisdicionais, sob pena de se pretender tratar igualmente situações provenientes de fatos desiguais.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos contidos na petição inicial.

É como voto.

Brasília, data registrada no sistema.

Tânia Regina Silva Reckziegel

Conselheira Relatora

[1] Art. 122, CF/88. São órgãos da Justiça Militar:

I - o Superior Tribunal Militar;

II - os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.

Art. 124, CF/88. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Parágrafo único. **A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.**

[2] Art. 1º A distribuição e a movimentação de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e de segundo graus obedecerão às diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. **A presente Resolução aplica-se, no que couber, à Justiça Eleitoral e à Justiça Militar da União.**



Assinado eletronicamente por: **TANIA REGINA SILVA RECKZIEGEL**

08/06/2020 15:37:59

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **4006866**



200608153758877000000003623975